PROLEGÔMENOS SOBRE TEORIA NA ARQUEOLOGIA

José Alberione dos Reis¹

Resumo. Este artigo trabalha algumas questões que permeiam as condições de possibilidade da importância e relevância da teoria na Arqueologia brasileira.

Palavras-chave: arqueologia, teoria, teoria arqueológica, arqueologia brasileira

AN INTRODUCTION TO THEORY IN ARCHEOLOGY

Abstract. This article deals with some basic questions, concerning the conditions of the possibility of the importance and relevance of theory in Brazilian archaeology.

Key words: archaeology, theory, archaeological theory, brazilian archaeology

Para começar

Decidi escrever sob a forma de aforismo. Usa-se deste caminho como sabor para galgar as dobras e aperturas acadêmico-teóricas que acontecem em alegres e confrontantes discussões no transcórre do doutorado. Este texto tem por objetivo contemplar questões do comentar e do entrelaçar. Seu tom coloquial é proposital.

Na Arqueologia, há sempre este fascinante abraçar de distintos campos do conhecimento, como segurança científica e sustentada num banquete supimpa que ampara as “interpretações”. Por elas e entre elas transitam as tramas sedutoras de um ‘campo transdisciplinar’ do fazer científico. Dobrando-as, apontando outras sendas, a transdisciplinaridade é assim referida em Raposo e Silva (1996, p. 43):

(...) qualquer que seja o estatuto disciplinar da arqueologia, a verdade é que ela constitui um verdadeiro campo transdisciplinar do saber: O ponto de interseção de teorias e métodos originados em disciplinas diversas que, nos seus desenvolvimentos específicos e aplicações práticas em arqueologia, se transfiguram e colocam ao serviço da edificação de um saber autônomo que os ultrapassa.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História/Unicamp e bolsista da Fapesp. e-mail: tocchett.voy@terra.com.br

Aforismo: sentença moral breve e conceituosa; máxima. Em Abbagnano (1986, p. 27), aforismo é "...do grego, determinação/delimitação. Proposição que expressa de maneira sucinta uma verdade, uma regra ou uma máxima concernente à vida prática". Aqui, significa menos de regras, moral ou máximas; mais de expressões sintetizadoras de temas, assuntos, desafios e aproximações de quanto se propõe comentar.

Para início, assuntar nas palavras onde se arquitetam num 'possível' exato. No Dicionário Aurélio, para 'comentar': explicar interpretando e/ou anotando; falar sobre. Os comentários aqui são de um livro quase desconhecido na textualidade que percorre os discursos da arqueologia brasileira. Trata-se de "Tempo Arqueológico", escrito por Marcos Pereira Magalhães. Quanto ao âmbito do comentar, uma estribagem em Foucault (1998, p. 24): "O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado." O texto a ser dito nesta possível confecção que aqui se escreve diz respeito a um lugar ainda de desdém e muita estranheza na Arqueologia brasileira: o pensar e o agir no campo² teórico.

O texto a ser comentado é o livro "Tempo Arqueológico", de Marcos Pereira Magalhães, editado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém/Pará, em 1993. Pareado aos comentários sobre o texto, inserções de outros lugares que discutirão esta ainda anacrônica posição de desinteresse para com a teoria no fazer arqueológico.

Buscando aportes teóricos em autores como Baudrillard, Braudel, Foucault, Deleuze, Kant, Lacan, entre outros, o "Tempo Arqueológico" pergunta sobre uma possível confusão que a Arqueologia vem fazendo ao colocar tempo como mudança ou como manifestação primeira. Como resposta, o autor propõe "discutir o conceito de origem, que vem sendo relacionado ao conceito de tempo como manifestação primeira e o conceito de gênese, confundido com o primeiro mais, indiretamente, o conceito de mudança" (Magalhães, 1993, p. 11). O livro está dividido em duas partes. Na primeira, o tratamento específico sobre 'tempo arqueológico' onde capítulos expõem os conceitos de 'intensidade', 'sentido' e 'duração' como forças que, ao mesmo tempo, caracterizam e qualificam o acontecimento arqueológico.

² "- palavra tão marcante no trabalho arqueológico: o trabalho de campo, lá no sítio arqueológico, na terra, na colher de pedreiro, na estratigrafia, etc. Lugares que são ainda ditos como de verdade onde se faz Arqueologia. Campo teórico, lugar de gabinete, sem suor, sem terra, frivolidade desnecessária na "verdadeira" e pretensa Arqueologia. Clivagem que ainda se apresenta numa ridícula separação entre arqueólogo de campo/arqueólogo de gabinete. Que campos são esses assim separados?"

Na segunda, são mostrados exemplos advindos da pesquisa arqueológica que sustentam a argumentação teórica precedente. Tal pesquisa foi realizada na Serra dos Carajás, no Sul do Pará. Foram obtidos dados, por um lado, a partir de material cerâmico de sítios ribeirinhos pesquisados nos rios Paraupebas e Itacaúnas e, por outro, de uma ocupação pré-cerâmica em uma das grutas - Gruta do Gavião - existentes no topo da Serra do Norte, em Carajás.

Assim o autor resume a proposta do “Tempo Arqueológico:

O deslocamento da origem de um passado quase inalcançável para o lugar da manifestação cultural, onde se encontram os vestígios arqueológicos, mais a dinâmica informacional da evolução, coloca a cultura dentro da própria natureza. Por outro lado, as pulsões culturais se esgotarão somente quando os fluxos intensivos, por sua vez, se manifestam na Natureza, conforme os seres e suas especificidades ambientais e orgânicas caracterizadas pela intensidade. Com isto e através do exemplo da Cultura Neotropical, cuja formação é muito antiga, (...), possui uma especificidade potencial que está em permanente evolução (...) (Magalhães, 1993, p. 193).

Dos comentários

Busca-se, nesta parte, apontar alguns pontos interessantes a partir da proposta do livro e amarrá-los com a questão da teoria na arqueologia. Para o autor, a arqueologia não é apenas uma ciência do passado, pois trabalha com “campos de memória integrais”, onde o jogo vai do passado ao futuro e que estão além de uma antigüidade ou de uma atualidade.

Utilizando-se, na primeira parte do livro, o conceito de ‘intensidade’ como sendo o que “determina a produção de sentidos, o seu grau e a duração das sensações” (Magalhães, 1993, p. 25), é enfatizado o sítio arqueológico como um “campo onde os objetos especiados apresentam sensações e idéias significantes caracterizados por uma potência intensiva” (idem, 25). Quão estranho pode parecer à pesquisa arqueológica se falar de ‘objetos especiados’ e ‘potência intensiva’ em relação à cultura material! Representa uma ameaça ao arqueólogo: a ‘intensidade’ de um sítio não faz emergirem as semelhanças mas instiga em direção às diferenças.

A ‘intensidade’ é provocadora de sensações diante do que o autor denomina de acontecimento arqueológico, como sendo um

campo de reprocessamento, onde passado, presente, futuro se misturam, posto que o passado e o futuro, ainda que imperceptíveis,

possuem possibilidades de serem virtuais e, conseqüentemente, produzirem sensações ativas (Magalhães, 1993, p. 28).

Virtualidade, sensações, acontecimento, reprocessamento - estranhas palavras na cientificidade da Arqueologia. Esta estranheza provoca o que o autor chama de “pensamento geometrizado”, que só percebe uma ordem sucessiva e individual das coisas, uma de cada vez, classificadas em esquemas técnicos e mensuráveis. Desgeometrizando o pensamento em Arqueologia significa “desarticular a geometria ótica que temos do mundo e pensar inclusive, naquilo que não pode ser imaginado. (...) É preciso pensar o inimaginável, (...)” (Magalhães, 1993, p. 34).

A ‘intensidade’ como categoria conceitual aplicada à pesquisa arqueológica traz o desafio de não buscar as semelhanças, as origens, mas emular as diferenças.

Quer queiram ou não, os arqueólogos trabalham com graus variáveis de intensidades que se manifestam tanto objetiva quanto, subjetivamente nas culturas. Intensidades que se movimentam num campo contínuo de mudanças, mantendo todos os acontecimentos conectados e sempre produzindo novas sensibilidades, cuja duração depende apenas da repetição daquilo que nelas é produzido: a diferenciação (Magalhães, 1993, p. 35).

Com relação ao conceito de ‘duração’, o tempo arqueológico é de longa duração, um todo transcorrendo sobre uma plethora de multiplicidades compostas de durações mais curtas. O tempo arqueológico é parcelador do passado, é desvelador no presente, é antecipador de futuro. “Ou seja, a pesquisa arqueológica não recupera o passado, ela faz o futuro” (Magalhães, 1993, p. 81).

Intensidade, duração, são categorias que provocam um deslocamento do pensamento geométrico onde as semelhanças são comprováveis pelos fatos, que falam por si mesmos, como documentos definitivos da pesquisa. São a proposta de surpreender e balançar este pensamento na viragem a outro caminho que aponta para o “eterno retorno da diferença”, como conclui o autor (Magalhães, 1993, p. 187).

Causando espécie ao que hoje é consagrado dentro da Arqueologia brasileira, o livro “Tempo Arqueológico”, trazendo ‘intensidade’/‘duração’, instigando sensações, perturbando o pensamento geométrico, aponta para a fundamental importância de se atuar no outro campo, aquele da teoria no fazer arqueológico.

Caracterizando **teoria**: 1) um agregado de idéias no corpo de uma

ciência, contendo uma ou diversas hipóteses como partes integrantes; condiciona ou propicia a observação dos fenômenos; além de suas partes hipotéticas, um aparato que permite sua verificação, confirmação ou impossibilidade; 2) uma teoria não é necessariamente uma explicação do domínio dos feitos aos quais se refere, porém constitui um instrumento de ordenação, conceituação e previsão; 3) aceita-se e concorda-se aqui, inserido no principal argumento destas considerações, com a seguinte afirmação: “À teoria (...): ela define o objeto de análise; confere à investigação, por referência a esse objeto, orientação e significado; constrói-lhe as potencialidades explicativas e define-lhe os limites” (Almeida, J.F. e Pinto, J.M., 1986, p. 62).

Constata-se que, no Brasil, na maioria dos resultados das pesquisas em arqueologia, permanece ainda uma resistência à teoria. Os textos publicados sugerem ser mesmo desnecessário marcar teorias, ou que elas estão veladas, ocultas em um proposital mascaramento de inexistência. Tais constatações apontam para um equivocado entendimento do rigor científico da pesquisa arqueológica no Brasil: de que prescindir de postulados teóricos. Pode-se caracterizar aí não tanto “resistência”, mas aderência velada a correntes teóricas, imprescindíveis em qualquer fazer científico e produtor de conhecimento, lugar inegável da Arqueologia.

Das principais escolas teóricas existentes a nível internacional, podem-se encontrar na Arqueologia brasileira, ainda que implícitas, principalmente, as seguintes: a histórico-cultural; a processual; a pós-processual e a francesa. Com o intuito de melhor fundamentar estes prolegômenos, apresentam-se, de maneira resumida, os principais pontos que compõem as escolas teóricas, cujas influências poderão ser detectadas.

a) Escola Histórico-Cultural: para situá-la é preciso apontar as influências recebidas do evolucionismo cultural que a antecedeu. Estas influências aconteceram no âmbito do enquadramento dos achados arqueológicos nos esquemas e etapas formalizados pelo evolucionismo. Além disto, a preocupação dos arqueólogos no estudo da distribuição geográfica dos artefatos e suas relações com grupos históricos. Enfoca principalmente o estudo de seqüências regionais empiricamente documentadas pelos artefatos. Destaca reconstruções cronológicas minuciosas e descritivas, enumerando as culturas arqueológicas e ressaltando atributos técnicos dos artefatos exumados. Explica mudanças culturais como causadas externamente, através de migrações de povos ou difusão geográfica das culturas. Na Arqueologia brasileira esta escola teve bastante ascendência através do Pronapa (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas/1965-1970), sob a coordenação dos arqueólogos norte-americanos Clifford Evans e Betty Megers, conforme o encontrado em Barreto (1998, p. 576-578).

b) Escola Processual: liderada pelo arqueólogo norte-americano Lewis

Binford e também conhecida como “Nova Arqueologia”, recebeu influências do neo-evolucionismo, através dos antropólogos culturais Julian Steward e Leslie White. Na composição de seu *corpus* teórico, além do neo-evolucionismo, esta escola embasa-se na teoria geral dos sistemas e no positivismo lógico. Tem como principal foco a identificação e a explicação de processos culturais no registro arqueológico. Advoga enfoques teórico-metodológicos rigorosos no sentido de dotar a Arqueologia de um caráter científico e orientá-la para a solução de problemas e hipóteses cientificamente formulados. Busca a construção de modelos cuja aplicação à Arqueologia propiciaria a formulação de leis evolutivas que explicassem e interpretassem processos culturais. Enfoca a noção de cultura como um sistema adaptativo, caracterizando mudança cultural a partir de fatores internos, destacando a importância de variáveis ambientais nas pesquisas arqueológicas.

c) Escola Pós-Processual: indo desde os hiper-relativistas aos moderados e tendo sua principal figura no arqueólogo inglês Ian Hodder, esta escola abrange diversas tendências teóricas atuais, muitas delas advindas da sociologia, da semiótica, do estruturalismo, da filosofia, do marxismo, entre outras procedências. Apesar das divergências, possui vários pontos comuns no âmbito da pesquisa arqueológica. Trouxe com ênfase para a Arqueologia a dimensão dos significados simbólicos que variam e se destacam em diferentes contextos culturais. Visa resgatar o significado cultural adquirido pela cultura material que determinada sociedade produziu e utilizou. Retoma para a Arqueologia a discussão de problemas de caráter histórico derivados de propostas da Nova História. Propugna a destacada ação dos arqueólogos enquanto construtores do passado a partir de sua classe social, ideologia, cultura e gênero como pontos de partida para as perguntas que formula às evidências arqueológicas.

d) Escola Francesa: não compoem propriamente um *corpus* teórico no sentido de conceitos, postulados ou formulações epistemológicas, esta escola teve importante influência na Arqueologia brasileira a partir do treinamento e trabalhos de campos exercidos no Brasil pelo casal Joseph e Anette Laming Emperaire. Tem seu principal mentor no arqueólogo francês André Leroi-Gourhan, que propõe o seguinte:

É, portanto, de uma situação real, se não geral, que se pode tirar uma doutrina da escavação atual. Esta doutrina se resume em poucas linhas. O registro deve ter prioridade sobre a escavação e, na escavação, a pesquisa das estruturas deve predominar sobre a estratigrafia (LEROI-GOURHAN, 1981, p. 215).

Destacando o registro, escavando em amplas superfícies pela técnica

da decapagem, esta escola visa a uma Arqueologia que pesquise relações com algo mais importante do que pesquisar objetos. Identifica o tempo sincrônico, o espaço sociológico de um momento das sociedades passadas. Destaca o fato de que os grupos sociais se mantêm e se reproduzem com aspectos conservadores, que podem ser identificados pelos tipos de artefatos - através de sua funcionalidade e duração - impressos pela chamada cadeia operatória e seus precípuos gestos técnicos. Com longas paradas em cada camada para minucioso e preciso registro, assim destaca Leroi-Gourhan (1981, p. 218): “O trabalho de leitura das superfícies, (...), é verdadeiramente o ato de pesquisa do pré-historiador; qualquer outro processo merece quando muito ser considerado como recuperação estratigráfica.”

Bem, escolas teóricas existem. Onde elas estão ou como estão na Arqueologia brasileira é tarefa de desvelamento do implícito ou do explícito em seus lugares. As teorias apresentadas têm já lugar bem ocupado no pensamento arqueológico internacional (Johsen e Olsen, 1992; Meggers, 1997; Thomas, 1997; Trigger, 1998; Van Pool, 1999), e a maior produção vem dos EUA e Inglaterra. No jogo do mostrado ou do oculto, cumpre buscar pelas suas aplicabilidades ou não na produção científica/acadêmica da Arqueologia brasileira.

No embate contemporâneo, transcorrendo pelas sendas das idéias e teorias, vem incomodando e pontecendo a escola pós-processualista. Não é intuito deste texto discorrer sobre tantos “pós” que encenam o atual espetáculo das academias. Dentro destas querelas, troteando pelos bailes dos conhecimentos, um dos “pós”, acima apresentados é o pós-processualismo, na Arqueologia. Na geléia geral de sua hoste, duas fortes correntes: a) hiper-relativistas: defendem que só se “produz” Arqueologia de modo completamente subjetivo; nossas inclinações, nossos preconceitos, nossas ideologias estão imbricadas, como mexilhões fazendo corpo em igual à rocha, ao se fazerem as interpretações arqueológicas de qualquer passado ou do presente também; b) moderados: existe registro arqueológico, sendo que este pode ser emulado, estudado e limitadamente interpretado; existem objetos empíricos e reais, prenes de significados sociais; o texto arqueológico prescreve coerência, cujas conclusões serão embasadas pelos dados arqueológicos e suas plausibilidades de entendimento.

Fazendo coro e afinando com as cantilenas pós-modernas, chilream os pós-processualistas: não há leis universais ou verdades absolutas sobre o comportamento humano que possam estabelecer os arqueólogos (aqui pedras sobre os telhados dos processualistas). Acima e mais do que ciência natural na denominação possível da academia, a Arqueologia é um campo humanista de investigação.

No geral, fazendo baliza ao menos numa equanimidade de

quadriculamentos (quadriculas, aquelas que se traçam na terra para trabalhar), apontam o seguinte Van Pool e Van Pool (1999, p. 38): “Assim como a interpretação funcional é o coração da Arqueologia Processual, as interpretações sociais são o coração da Arqueologia Pós-processual. Pós-processualistas argumentam que não há últimas ou corretas interpretações. Em lugar disto, há muitas e plausíveis interpretações consistentes com o registro arqueológico”. Isto mostra mais um encontro de corações que já vai se efetuando nestas duas arqueologias, pelos seus mais mediadores militantes, do que propriamente dentro do caldeirão pós-processualista.

Onde está o indivíduo, ou como arranjos individuais afetam negociações sociais que se poderão desenterrar como dado arqueológico, são perquirições do pós-processualismo. Para esta escola, “A interpretação e o significado são ditados por ideologia, política e religião do passado dos indivíduos e dos arqueólogos também” (Van Pool e Van Pool, 1999, p. 38). Produzir arqueologia é estender o aqui-e-agora do arqueólogo para dentro do passado, do presente, do futuro, das brumas que velam pelos incômodos das academias.

Bem, de teoria para se trabalhar, falta ou estreiteza não há. Têm-se gamas de escolhas, isto sim. Embaixo de chuva ou de sol, com insetos incomodando ou não, as picadas inconvenientes e mordazes provêm mesmo de buscar e aplicar teorias no fazer arqueológico; edaí, deste lugar, se perguntar por elas na nossa brasileira Arqueologia/Arqueologia brasileira.

Existe teoria arqueológica no Brasil? (...) há uma falta de teoria na Arqueologia Brasileira (...) é ainda muito comum desprezar artigos interpretativos como sendo muito teóricos (Funari, 1998, p. 13)

A questão remete a uma situação fundante na arqueologia brasileira em relação às teorias. Elas existem nas pesquisas, porém não de forma explícita. Daí o “desprezo” em relação ao interpretar e isto ser visto como “teórico”. Aqui uma confusão semântica que coloca equivocadamente interpretar como sendo teorizar. Pode-se pensar que este “desprezo” faça parte de um jogo entre saber e poder na pesquisa arqueológica. É inegável que a Arqueologia é uma ciência. A partir desta condição, nos deparamos com paradigmas que controlam todo e qualquer conhecimento científico. Este controle é notadamente o poder que a ciência interpõe ao social, ao político, em conjugação ao ideológico. Neste sentido, reflete Morin (1994, p. 106):

(...) ignorou-se que as teorias científicas não são o puro e simples

reflexo das realidades objetivas, mas são os co-produtos das estruturas do espírito humano e das condições sócio-culturais do conhecimento.

Esclarecer e salientar a existência, o uso e a explicitação de teoria na Arqueologia é hoje quase um destaque anacrônico diante da importância já sedimentada das questões teóricas nas ciências humanas. Desse modo, observa-se que no Brasil não ocorre “resistência à teoria”, mas a novas abordagens teóricas. O relevante é, como aponta Yoffee (1996, p. 108): “A questão, portanto, não é, devem os arqueólogos serem teóricos, mas qual a teoria boa e apropriada.”

Assim sendo, não há falta de teoria na literatura publicada sobre a Arqueologia brasileira. Existe, só que tal literatura referida traz marcadamente o que se pode denominar de conceitos no vazio (Reis, 1997, p. 20), isto é, conceitos que, embora presentes, não são explicitados.

Parece ser bem mais fácil rejeitar o desafio do nosso fazer teórico na Arqueologia brasileira e delegá-lo aos ditos “países ricos”. Daí que ser implicitamente empirista/positivista nas exaustivas descrições sem interpretações é comodamente livrar-se de um compromisso e ousadia em, verdadeiramente, assumir-se como arqueólogo “construtor” e “intérprete” de passados. Neste sentido, destacam Shanks e Tilley (1996, p. 10-11) que:

A Arqueologia tradicional tem freqüentemente tomado uma atitude que diminui a teoria do assunto real da Arqueologia. Sua quietude sobre os problemas da teoria resulta não tanto de uma rejeição de fundamentos filosóficos mas antes, de um consenso largamente silencioso sobre normas empíricas. Uma característica do empirismo (...) é que a reflexão é sempre sistematicamente desencorajada em favor da supremacia dos fatos ou metodologias geradas para produzir tais fatos. (...) Qualquer argumento de que a teoria é irrelevante à Arqueologia é por si próprio teórico ...

O referido “desprezo” é algo marcante ainda na pesquisa arqueológica brasileira, no sentido de clivar, de um lado o dito arqueólogo de gabinete e, de outro, o arqueólogo de campo. Este desprezo marca separação. É um equívoco persistente, como se teoria estivesse separada ou esvaziada de uma prática. Esta situação reflete uma pressão muito intensa no interior do fazer arqueológico que ainda separa o arqueólogo teórico do arqueólogo prático. Divisão esquizofrênica, clivando um sujeito, um único fazer, em dois objetos confrontantes.

Para a Arqueologia brasileira, a explicitação de teoria torna-se um lugar-comum. Deste viés, pode-se encontrar o seguinte em Funari (1995, p. 7):

A teoria arqueológica tem sido encarada, muitas vezes, como uma espécie de luxo cuja existência seria justificada em países ricos mas cuja valia, no Brasil, estaria por se provar. (...) a Arqueologia tem experimentado mudanças epistemológicas de grande alcance, a teoria arqueológica tem alterado, a nível mundial, a práxis mesmo do arqueólogo mais empirista.

É possível, portanto, perguntar-se e investigar sobre o lugar da teoria na Arqueologia brasileira. É incontestável sua existência. O que precisa ser feito é um desvelamento que explicita o que já existe implícito ou oculto. Fundamentar um esclarecimento sobre qual ou quais teorias estão sendo aplicadas e usadas nas pesquisas arqueológicas. Esta constatação aponta para uma hipótese: a Arqueologia brasileira já possui um *corpus* teórico, posto que fragmentado, disperso ou oculto nos textos publicados.

Para não concluir

Volta-se ao “Tempo Arqueológico”. É um livro que provoca e perturba o saber/poder instalado no mandarinato que ainda pretende comandar os rumos da Arqueologia brasileira - rumos que vão sendo abalados por propostas, significativamente esquecidas, advindas de um livro como o aqui comentado. São propostas que conjugam o que, no início, se apontou como “campo transdisciplinar”, por onde vão, em outras trilhas, se tomando novos olhares para a arqueologia.

Neste “campo transdisciplinar”, de onde a Arqueologia não tem mais como escapar, a nossa Arqueologia brasileira é apontada como ainda constituída de feudos irrelevantes no que diz respeito à produção teórica e ao rompimento com a tradicional imposição do modelo histórico-cultural norte-americano (Funari et al., 1999, p. 1-12). Um rompimento é talhe de desafio, é sacudir morosidades de lugares acomodados na academia, pois novas propostas já vêm sendo trabalhadas em nível internacional desde os anos 1960. Dentre essas propostas, uma de cunho ético-político explícito é a chamada “Arqueologia Social”, desenvolvida por arqueólogos no México, Costa Rica, Peru, República Dominicana, Porto Rico e Venezuela. Grupos de trabalho em ação nestes países buscam aportes teóricos no marxismo, preocupados em exercer uma arqueologia social e politicamente comprometida, de acordo com Vargas e Sanoja (1999, p. 63): “A Arqueologia Social na América Latina não está empenhada em descobrir novas categorias históricas, mas mais do que isto, está tentando reformular as existentes e desenvolver o potencial teórico de outras que têm sido usadas em específicas maneiras. Tal é o caso de categorias tais como ‘modo de vida’ e ‘modo de trabalho’. Bem, para que Arqueologia seja ‘construir’ passados a partir do presente ou para que o

arqueólogo saia de seus nichos acadêmicos, propostas teóricas e ético-políticas, não faltam.

Novos olhares estão sendo cutucados pela irascibilidade e importunidade com que a teoria vem sacudindo os pilares consagrados dos mandarinatos e coutos estabelecidos pelas academias arqueológicas brasileiras. Ao que parece, as teorias existem e se fazem, só que de lugares às vezes explícitos, às vezes implícitos. Daí que se pode concordar com Knapp (1996, p. 149): “A evidência arqueológica é, ao menos, parcialmente definida por nossas próprias hipóteses sobre o que é ou não é relevante: isto é parcialmente constituído pela teoria, seja implícita ou explícita. (...) é impossível conhecer ou mesmo considerar que tipo de dado fenômeno levanta sua existência, distribuição ou estruturação na ausência de teoria. (...) teoria requer um maior esforço e rigor do que os aspectos empíricos da investigação”.

No âmbito da Arqueologia brasileira tal rigor e esforço estão sendo bastante provocados e instigados pela já não tolerada ausência, como se constata em vários artigos (Neves, 1999/2000; Barreto, 1999/2000; Funari, 1999/2000; Noelli, 1999/2000) recentemente publicados. Neste sentido, salienta Barreto (1999/2000, p. 49):

Mantendo-se isolada, a arqueologia brasileira não só absorveu muito pouco dos debates e avanços teóricos do cenário internacional das últimas décadas, como também não chegou a se constituir em uma arqueologia nacional, particularmente concebida para os problemas do passado brasileiro e, menos ainda, em uma arqueologia nacionalista, voltada para a afirmação de ideais nacionais”.

A transdisciplinaridade: trânsito, transa, troca. Parte-se sempre de um ramo do vasto campo científico. Esta partida marca o pensar. Para construir idéias, com métodos e técnicas que sejam, é deste início pensante que se darão. A transdisciplinaridade visa à produção integradora de conhecimento, não à formação de blocos informacionais, engordados pelos suculentos conjuntos obtidos nas pescas pelas disciplinas todas percorridas. Traz um desafio de repensar a vida humana. Forma conjunto com a vida, segundo Guattari (1991, p. 11): “A transdisciplinaridade, como movimento de transformação das ciências, abertura para o social, o estético e o ético que não nascerá espontaneamente(...). Seu aprofundamento implica um permanente “pesquisar sobre a pesquisa”

Pergunta Morin (1994, p. 104): “O verdadeiro problema não consiste, pois, em fazer transdisciplinar, mas que transdisciplinar é preciso fazer?”. Na pergunta de Morin, o “que transdisciplinar” pode remeter ao objeto do fazer transdisciplinar. Implícito, está o “quem” de um sujeito transdisciplinar. Tanto

Morin quanto Guattari apontam um viés comum: é a vida humana que precisa ser repensada. É a fragmentação entre o dito conhecimento humano e o dito conhecimento científico que precisa ser desclivada, em função da extrema esquizoidia que oprime o ar de se almejar saber. A interdisciplinaridade se torna fomentadora de “blocos” informacionais. O olhar transdisciplinar deveria implodir estes blocos, desanacronizando-os. A transdisciplinaridade é proposta de repensar a vida humana; está-se diante de repensar paradigmas ético-ecológico-científicos. É o que aponta Morin no sentido de se redefinir a noção de pessoa humana.

* Para não concluir, enfim: a transdisciplinaridade num fazer científico onde se insere a Arqueologia traz a marcação contundente do jogo saber/poder que aponta para os seguintes dizeres: a) o conhecimento científico é uma atividade de busca/investigação, trilhando sempre um jogo de incertezas/certezas, desmontes/refazer; b) a idéia da certeza teórica está hoje despojada por completo na “falibilidade” que marca os limites e possibilidades de todo e qualquer trabalho científico; c) a ciência é produção de homens, sujeitos em historicidades, em diferenças, em culturas datadas, em aporias ideológicas precípua do fazer científico; d) toda a ciência é social, porque atuação e co-produção de homens; e) trabalhar cientificamente corresponde a um processo “auto-ecoprodutor”, numa circularidade que tem sua real e assumida representatividade na cooperação e trânsito nos níveis transdisciplinares que caminham por entre um aberto e cristalino querer científico.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. México, Fondo de Cultura, 1992.
- ALMEIDA, J.F. e PINTO, J.M. Da teoria à investigação empírica. Problemas metodológicos gerais. In: SILVA, A. S. e PINTO, J.M.. *Metodologia das ciências sociais*. Porto, Afrontamento, 1986.
- BARRETO, Cristina. Brazilian archaeology from a brazilian perspective. In: *Antiquity*, 277, volume 72, 1998: 573-581.
- _____. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. In: *Revista USP*, 44, 1999/2000: 32-51.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo, Loyola, 1998.
- FUNARI, P.P. de Abreu. A hermenêutica das ciências humanas: a História e a teoria e práxis arqueológicas. In: *Rev. da Soc. Bras. de Pesquisas Históricas*, Curitiba, nº 10, 1995: 3-9.

-
- A importância da teoria arqueológica internacional para a Arqueologia sul-americana: o caso brasileiro. In: *Revista Primeira Visão*, Campinas, IFCH/UNICAMP, nº 76, 1998: 13-31.
-
- Como se tornar arqueólogo no Brasil. In: *Revista USP*, 44, 1999/2000: 74-85.
- FUNARI, P.P. de Abreu et all. Introdução – a primeira Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul: questões e debates. In: Fleming, M.I. (ed.). *Anais da I Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América Latina. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Suplemento 3, MAE/USP, São Paulo, 1999: 1-12.
- GUATARRI, F. Fondaments ethico-politiques de l'interdisciplinarite. Unesco, Avril, 1991.
- JOHSEN, H. and OLSEN, B. Hermeneutics and archaeology on the philosophy of contextual archaeology. In: *American Antiquity*, vol. 54 (3), 1992: 419-436.
- KNAPP, A. B. Archaeology without gravity: postmodernism and the past. In: *Journal of Archaeological Method and Theory*, 3 (2), New York, Plenum Press, 1996: 127-158.
- LEROI-GOURHAN, André. *Pré-História*. São Paulo, Pioneira/EDUSP, 1981.
- MAGALHÃES, Marcos P. *Tempo arqueológico*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.
- MEGGERS, Bety J. Enfoque teórico para la evaluación de restos arqueológicos. In: *El Caribe Arqueológico*, Santiago de Cuba, nº 2, 1997: 3-7.
- MORIN, E. *Ciência com consciência*. Mira-Sintra, Europa-América, 1994.
- NEVES, Walter A. Antes de Cabral: a arqueologia e a sociodiversidade do passado. In: *Revista USP*, 44, 1999/2000: 6-9.
- NOELLI, Francisco S. A ocupação humana na Região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas – 1827-2000. In: *Revista USP*, 44, 1999/2000: 218-269.
- RAPOSO, L. e SILVA, A.C. A linguagem das coisas - ensaios e crônicas de Arqueologia. Mira-Sintra, Europa-América, 1996.
- SHANKS, M. and TILLEY, C. *Social theory and archaeology*. Cambridge, Polity Press, 1996.
- THOMAS, Julian. Archaeology and epistemology: dialoguing across the Darwinian chasm. In: *American Journal of Archaeology*, nº 102, 1998: 1-34.
- VAN POOL, C.S. and VAN POOL, T. The scientific nature of postprocessualism. In: *American Antiquity*, nº 64 (1), 1999: 33-53.

- VARGAS, I. and SANOJA, M. Archaeology as a social science – its expression in Latin America. In: Politis, G.G. and Alberti, B. (eds.). *Archaeology en Latin America*. London, Routledge, 1999.
- YOFEE, Norman. Teoria social e evolucionista e seus descontentes. In: *Anais da VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira*, volume I, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1996, p. 47-81.